

## A literatura para “salvar” o Brasil: o alinhamento ideológico entre os programas editoriais do IPÊS e de agências estadunidenses

Josiane Mozer<sup>1</sup>

Este artigo analisa as relações do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), em particular do Grupo de Publicações/Editorial (GPE), com a *United States Information Agency* (USIA), *United States Agency for International Development* (USAID) e *Franklin Book Programs*, na produção e disseminação de conteúdo anticomunista, antinacionalista e de defesa do liberalismo no Brasil.

O IPÊS, como demonstra René Dreifuss em sua obra incontornável sobre o Instituto<sup>2</sup>, agiu como um aparelho privado de hegemonia<sup>3</sup> em prol do modelo de expansão dependente do capitalismo periférico e suas variadas expressões de violência. Foi o *locus* de organização do empresariado multinacional e associado na luta pela mudança de regime político no Brasil, cujas táticas entrelaçaram compra de apoio parlamentar, programa editorial para construção de consenso, campanha de adesão de empresários, projetos de reformas estruturais do Estado, combate ao movimento operário e estudantil, aliança com a Escola Superior de Guerra (ESG) e com agências estadunidenses, etc. Na sua estrutura organizativa, o GPE<sup>4</sup> era responsável por levar a cabo a “guerra psicológica” produzindo e disseminando material impresso anticomunista e de ataque ao nacional-desenvolvimentismo: artigos para publicação em jornais e revistas de grande circulação, panfletos dirigidos a segmentos sociais específicos, e a publicação e distribuição de livros.

Com os mesmos objetivos, a USIA agia no Brasil desde 1953 e operava, de forma encoberta, um ambicioso programa editorial idealizado pelo *National Security Council* (NSC). Esse programa tinha por objetivo produzir e disseminar uma literatura capaz de promover a defesa da forma societária burguesa em detrimento de formulações críticas e de superação da sociabilidade e do modo de produção capitalistas. Para sua

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

<sup>2</sup> A organização política do empresariado pelo IPÊS e a sua estratégia golpista para deposição de João Goulart e desmantelamento da organização das classes subalternas foram profundamente estudadas pelo autor, cuja pesquisa é central para o desenvolvimento desse artigo. Ver: DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. 6. ed. Petrópolis, Vozes, 2006.

<sup>3</sup> Na definição de Gramsci, são formas associativas diversas para construção do consenso necessário à hegemonia da classe dominante: escolas, imprensa, editoras, igrejas, sindicatos, partidos políticos, etc. Ver LIGUORI, Guido.; VOZA, Pasquale. (orgs). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017. Sobre a presença e a função política dos aparelhos privados de hegemonia em atuação no Brasil desde o limiar do século XX ver FONTES, Virgínia. *Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais*. *Marx e o Marxismo*, v. 8, n. 14, jan./jun. 2020.

<sup>4</sup> No GPE atuava um grupo de intelectuais, dentre eles o romancista Rubem Fonseca, nomeado chefe responsável pelas operações do Grupo de acordo com Ata da Reunião do Comitê Executivo de 31 de agosto de 1962. BR NA, RIO.QL.0.OFU.7. Disponível em: <http://sian.an.gov.br>. Para conhecer a totalidade dos integrantes, ver DREIFUSS, *op. cit.*

operacionalização, construiu uma rede de colaboradores entre intelectuais, jornalistas, editoras, jornais, revistas e universidades. No início da década de 1960, no âmbito das ações da Aliança para o Progresso<sup>5</sup>, a USAID e a *Franklin Book Programs* também desenvolveram atividades editoriais no Brasil. O IPÊS fez parte da rede de colaboradores das agências estadunidenses.

As agências envolvidas na editoração de livros são compreendidas, nesta análise, como aparelhos privados de hegemonia, cuja ação na sociedade (Estado ampliado, na formulação de Gramsci), volta-se, principalmente, para o controle sobre os espaços de produção e disseminação de conhecimento, e atuam por meio de um “exército” de intelectuais orgânicos<sup>6</sup>.

Com base em documentação<sup>7</sup> produzida pelas agências estadunidenses, pelo IPÊS e em bibliografia especializada, demonstrarei evidências de uma relação efetiva entre as agências mencionadas e o Instituto para a realização dos objetivos comuns de seus respectivos programas editoriais, isto é: construir consenso político e forjar formas de consciência social adequadas aos interesses do capital. Defendo a hipótese de que as agências estadunidenses tiveram participação ativa na concepção e no funcionamento da ação editorial do IPÊS.

### **Aliança para o Progresso e o incremento do programa editorial para a América Latina**

Às vésperas da Aliança para o Progresso completar um ano de existência, o coordenador do programa, Teodoro Moscoso<sup>8</sup>, em memorando confidencial enviado a

---

<sup>5</sup> Trato, aqui, do aspecto político e ideológico da Aliança para o Progresso analisando os documentos elaborados pelo Departamento de Estado. Em linhas gerais, a Aliança foi um programa elaborado pelos Estados Unidos para promover o desenvolvimento dos países latino-americanos, assinado em agosto de 1961, em Punta del Este, Uruguai. Para conhecer o potencial de controle e coerção que o programa assumiu para atender aos interesses estadunidenses, ver SILVA, Vicente Gil da. *Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2008.

<sup>6</sup> Gramsci formula as categorias Estado ampliado e intelectual orgânico citadas nesse parágrafo. Como a maioria das categorias que formulou, estas também guardam entre si uma relação intrínseca. Ao compreender o Estado como “o conjunto de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente não somente justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (Cadernos do Cárcere, v. 3. RJ: Civilização Brasileira, 3. ed., p. 331), os intelectuais aí inserem-se como operadores dos interesses de classe – dominante ou dominada – e têm papel relevante para a manutenção ou superação do ordenamento político e econômico. Não são um grupo social autônomo, mas sim um grupo com funções “organizativas” e “conectivas” “*peculiares e historicamente determinadas, nos processos de formação da hegemonia*” (VOZA, Pasquale. Intelectuais orgânicos (verbetes) In: LIGUORI & VOZA (orgs)., *op. cit.*, p. 431).

<sup>7</sup> Os documentos produzidos pelo Departamento de Estado, USIA e USIAD estão no *National Archives and Records Administration*, NARA II, em College Park, MD, EUA. Os documentos produzidos pela *Franklin Book Programs* estão na *Seeley G. Mudd Manuscript Library*, na Universidade de Princeton, NJ, EUA. Os documentos produzidos pelo IPÊS estão no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e podem ser acessados pelo endereço <http://sian.an.gov.br>.

<sup>8</sup> Teodoro Moscoso foi coordenador da Aliança para o Progresso. Antes, assumiu cargo de embaixador dos Estados Unidos na Venezuela, a convite do presidente John Kennedy. Ver

Edwin M. Martin, Secretário Adjunto para Assuntos Inter-Americanos do Departamento de Estado, afirmava haver um *gap* psicológico na estrutura da Aliança, que obstaculizava o pleno alcance de seus objetivos. Sua afirmação pautava-se, dizia ele, em documentos e discussões de trabalho de grupos que vinham, há meses, se debruçando sobre os problemas enfrentados pela Aliança na América Latina<sup>9</sup>. Anexado ao seu memorando e como base para suas afirmações, Moscoso enviou um documento datilografado em papel simples, sem assinatura, datado em 9 de abril de 1962<sup>10</sup>, que continha apontamentos sobre os erros cometidos e as possíveis soluções. Entre seus principais erros: 1. a Aliança era um recurso político e, como tal, não recebia a devida atenção do governo; 2. o nacionalismo, a maior força política e ideológica na América Latina, fora ignorado; 3. a fragilidade nas ações ideológicas e de propaganda.

As soluções poderiam requerer caminhos “fora dos canais habituais do governo”<sup>11</sup>. O documento elencava 5 pontos de correção. O primeiro deles era preciso: quanto estariam os Estados Unidos dispostos a investir em desenvolvimento político? Afirmava que era um equívoco estarem dispostos a investir US\$ 20 bilhões em desenvolvimento econômico, mas não se mostrarem interessados em investir em partidos políticos “democraticamente orientados”<sup>12</sup>.

Tão importante quanto a disposição em investir em um partido alinhado aos propósitos estadunidenses, seria investir na criação de um aparato político adequado a influenciar a política local. Recomendava desenvolver “*um novo tipo de instituição, mais flexível do que as atuais fundações e instituições, que poderiam lidar com partidos, institutos políticos, editoras, grupos de estudantes, sociedades literárias e culturais etc, e fazer coisas além do escopo de governo*”<sup>13</sup>. Por fim, recomendava o trabalho ideológico junto a intelectuais e a ampliação do programa de livros: publicar o “melhor do pensamento ocidental”<sup>14</sup>.

Tendo por base as propostas delineadas neste documento, em seu memorando Moscoso defendia a urgência do “estabelecimento de um grupo de trabalho sobre problemas ideológicos da Aliança no âmbito do Comitê de Política da América

---

TEODORO Moscoso dies. The Washington Post. Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/archive/local/1992/06/17/teodoro-moscoso-dies/e1d857e1-0903-4345-bca6-312e33cf1e4b/>.

<sup>9</sup> No conjunto documental do Bureau of Inter-American Affairs, há documentos que atestam as preocupações com os aspectos ideológicos da Aliança para o Progresso, apresentando propostas de ação – dentre elas o incremento do programa de edição de livros - desde julho de 1961. Department of State. RG 59. Entry A1 3149. Boxes 1, 6, 7, 15.

<sup>10</sup> Parece ser um documento elaborado para discussão de ideias, pois os pontos nele levantados aparecem em outros documentos oficiais produzidos pelo grupo, em data imediatamente posterior.

<sup>11</sup> DOCUMENTO de 9 de abril de 1962. RG 59. Entry A1 3149. Box 15.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Idem.

Latina”<sup>15</sup>. O GT deveria ser composto pela Casa Branca, Departamento de Estado, Departamento do Tesouro, Agência Central de Inteligência (CIA), USAID, USIA, Departamento do Trabalho, Departamento do Comércio, Departamento da Agricultura, representados por dirigentes com nível suficiente para tomar decisões e operacionalizá-las. Ao propor a organização do GT, Moscoso elencava também os seus focos: **identificar** entre políticos, estudantes, trabalhadores e outros grupos locais aqueles que seriam seus defensores; **encorajar** atividades de grupos descritos como ‘democráticos de esquerda’; **incentivar** o governo a aplicar uma política mais efetiva em termos ideológicos. Dentre os objetivos específicos mencionados por Moscoso, estão, além de promover positivamente a Aliança, **rever** critérios para a triagem de visitantes e oferta de bolsas a estudantes da América Latina para ingresso nos Estados Unidos<sup>16</sup>; **reavaliar** a organização e funções das embaixadas na América Latina, de forma a criar um esforço ideológico integrado em nome da Aliança e, por fim; **facilitar** a presença permanente de jornalistas latino-americanos em Washington para atender aos principais jornais e demais canais de mídia da região<sup>17</sup>.

Ainda nesse mês de abril de 1962, outro estudo dedicado a corrigir as falhas políticas e ideológicas da Aliança foi formulado por Robert. B. Goldmann<sup>18</sup> e por ele encaminhado, via memorando, a Arturo Morales-Carrion, chefe assistente da Secretaria de Estado para os Assuntos Interamericanos, com cópia para Moscoso. O objetivo central do estudo era viabilizar “*um programa amplo em todo o hemisfério para preencher o vácuo político e ideológico da Aliança e, assim, aproveitar o esforço econômico-técnico daquelas forças que podem dar sentido e realidade ao programa*”, torná-lo capaz de favorecer os “*revolucionários pacíficos*” para vencer a “*resistência estéril*” e a “*subversão comunista*” no continente, e possibilitar aos EUA o ajuste “*de sua visão e seu aparato burocrático [para] entrar em caminhos novos e não ortodoxos*”<sup>19</sup>.

Dentre as recomendações de Goldmann estavam: manter as ações de propaganda da Aliança em sigilo, de forma que as vozes locais assumissem o protagonismo em defesa do programa; encontrar colaboradores locais, escolher uma área para aplicar os conceitos e propostas da Aliança, que ele sugere ser o Nordeste

---

<sup>15</sup> ESTABLISHMENT of a Working Group of the Latin American Policy Committee on Ideological ASPECTS of the Alliance. s/d. NARA II. RG 59. Entry A1 3149. Box 15.

<sup>16</sup> Tratava-se de facilitar a retirada de visto e ampliar as bolsas para cobrir estadia e alimentação, identificados como pontos de dificuldade para a ampliação do programa de intercâmbio. ESTABLISHMENT... *op. cit.*

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Jornalista, trabalhou como repórter no programa de rádio Voz da América e como porta-voz do governo Kennedy na divulgação do programa Aliança para o Progresso. In: ROBERT B. Goldmann Obituary. The New York Times. Disponível em: <https://www.legacy.com/us/obituaries/nytimes/name/robert-goldmann-obituary?id=16046268>.

<sup>19</sup> As frases entre aspas foram retiradas do documento: WORKING Paper on Rounding Out Alliance for Progress Program in the Political and Ideological Fields, April 23, 1962. RG 59. Entry A1 3149. Box 15.

brasileiro; redesenhar os trabalhos dos postos USIS<sup>20</sup> para não só agirem em nome dos princípios da Aliança, mas serem a fonte de assistência para a mídia local; reorientar todas as políticas executadas pelos USIS, priorizando o “*estabelecimento e manutenção de relações efetivas com organizações políticas responsáveis e significativas fora do poder e o desenvolvimento de técnicas de apoio de partidos e candidatos pró-Aliança em suas campanhas políticas*”<sup>21</sup>. Mais do que apoio, Goldmann enfatizava a necessidade de se criar institutos políticos.

Os estudos apresentados por Moscoso e por Goldmann com o intuito de “melhorar” a Aliança, reúnem recomendações que, aqui sintetizadas, merecem destaque: formar um grupo de trabalho coordenado interagências (Moscoso), necessidade de encontrar caminhos não habituais (Moscoso), aplicar políticas não ortodoxas (Goldmann), **apoiar grupos políticos alinhados, criar, incentivar ou investir em institutos políticos privados** (Moscoso e Goldmann).

Desenhava-se, assim, o arcabouço de uma série de ações de interferência no campo político dos países da América Latina a serem implementadas ao longo da década de 1960. No Brasil, a maioria dessas recomendações foram experimentadas entre os anos de 1961 e 1964<sup>22</sup>.

Não é coincidência o IPÊS surgir nesse período, e o seu rápido crescimento deve-se aos recursos financeiros e às relações políticas estabelecidas com agências estadunidenses. Segundo pesquisa de Ruth Leacock, o grupo de empresários brasileiros que se reunia periodicamente desde 1960 para discutir os rumos políticos e econômicos do país, foi procurado pela CIA em meados de 1961 com a proposta de formalização de um grupo de ação com financiamento inicial da Agência, surgindo assim o IPÊS (época em que a CIA se envolveu na criação de organizações semelhantes em outros países da América Latina)<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> *United States Information Service*, USIS, designava os postos da USIA localizados no exterior e responsáveis por executar seus programas.

<sup>21</sup> WORKING Paper on Rounding Out..., *op. cit.*

<sup>22</sup> As propostas do grupo interagências para a ação política e cultural na América Latina, somaram-se as ações encobertas de grupos espaciais formados no governo Kennedy: *Special Group 5412*, *Special Group (Augmented)* e o *Special Group on Counter Insurgency* – CI. O objetivo comum desses grupos era, através de recursos diversos, conter movimentos e ideias que representassem ameaça ou obstáculo aos interesses hegemônicos dos Estados Unidos. Sobre as atividades desses grupos ver SILVA, *op. cit.*

<sup>23</sup> Segundo Leacock, não há dúvidas que o grupo de empresários brasileiros recebeu orientação e recursos da CIA para formação do IPÊS. Entretanto, a autora considera improvável que a Agência tenha desempenhado papel relevante na administração do Instituto ou na sua ação política, pois, nas suas palavras, “*havia talento anticomunista local suficiente para isso.*” Leacock considera ainda que, dada a natureza e complexidade do Instituto, este contou com recursos próprios para a maioria de suas atividades, advindos das gordas mensalidades de seus sócios empresários. Dreifuss, ao tratar dos recursos do IPÊS, demonstra a estrutura de financiamento montada através do Grupo de Integração (cujo propósito era angariar contribuições financeiras, envolvendo empresários e associações da classe empresarial em atividade no Brasil), e a criação do Fundo de Ação Social (FAS) para

Em fevereiro de 1962, período em que grupos de estudo do governo estadunidense se concentravam em aprimorar os recursos políticos e ideológicos da Aliança para o Progresso, os líderes do recém-formado Instituto participaram de uma convenção internacional de “grupos cívicos” em Nassau e, na sequência, seguiram para Washington para reuniões com o Departamento do Comércio e com Teodoro Moscoso<sup>24</sup>. No Brasil, entre janeiro e março de 1962, ocorreu uma série de reuniões entre os líderes do IPÊS e representantes da Câmara Americana do Comércio e do Consulado dos Estados Unidos em São Paulo, para discutir apoio financeiro e político, em que os ipesianos afirmavam defender, também, os princípios da Aliança para o Progresso<sup>25</sup>.

Tendo as agências estadunidenses como fonte de recursos e de *know how*, ao final do primeiro ano de vida, o IPÊS havia se expandido pelo país, com centros em diversas cidades, e possuía ao menos 500 membros inscritos<sup>26</sup>. Organizado em Grupos de Estudo e Ação<sup>27</sup>, o Instituto rapidamente inseriu-se na vida política e cultural nacionais estabelecendo relações de trabalho ideológico com universidades, intelectuais e setores conservadores da igreja para a organização de cursos, palestras, programas de rádio e TV, publicação de artigos em jornais, edição de livros, folhetos, panfletos e de boletim mensal. Nas suas atividades encobertas, desenvolveu estreita colaboração e trabalho coordenado com o IBAD, as Forças Armadas, o SEI, a CIA, a USIA, a USAID, a Embaixada dos Estados Unidos, a Câmara Americana de Comércio, entre outras, com o propósito de criar as condições concretas para a derrubada do governo de João Goulart e assim garantir a modernização capitalista sem as pressões populares por reformas estruturais e ampliação de direitos no país<sup>28</sup>.

Dentre as atividades desempenhadas pelos grupos de Estudo e Ação do IPÊS, interessa aqui tratar das atividades do Grupo de Publicações/Editorial (GPE)<sup>29</sup> e seu

---

viabilizar a contribuição financeira de empresas estrangeiras. Importante frisar que, na ocasião, já estava em funcionamento o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), também criado pela CIA e com quem o IPÊS teve uma atuação conjunta, formando o que Dreifuss chamou de complexo IPÊS/IBAD: o primeiro como centro estratégico e o segundo como unidade tática. Segundo pesquisas de Silva, devemos acrescentar ao complexo a Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI). Ver LEACOCK, Ruth. *Requiem for revolution: the United States and Brazil, 1961-1969*. Kent State University Press, 1990, p. 72-73; DREIFUSS, *op. cit.*, SILVA, *op. cit.*

<sup>24</sup> LEACOCK, *op. cit.*, p. 73.

<sup>25</sup> Records of Foreign Service Posts of The Department of State. Brazil. US Consulate, São Paulo. Classified Central Subject Files. 1962-1974. Box 1, Folder 350 Brazil IPÊS.

<sup>26</sup> LEACOCK, *op. cit.*, p. 111. Dreifuss, *op. cit.*, p. 186, considera que este número de sócios foi alcançado “por volta de 1963”.

<sup>27</sup> Eram eles: Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC); Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP); Grupo de Opinião Pública (GOP); Grupo de Publicações/Editorial (GPE); Grupo de Estudo e Doutrina (GED); Grupo de Integração, Setor de Ação Empresarial. Para conhecer suas funções, ver DREIFUSS, *op. cit.*

<sup>28</sup> Ver DREIFUSS, *op. cit.*; e SILVA, *op. cit.*

<sup>29</sup> Há, ao menos, duas pesquisas acadêmicas sobre o programa editorial do IPÊS: GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPÊS (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). ICHF, UFF, Rio de Janeiro, 2010; DJUROVIC, Camila

envolvimento com o programa editorial estadunidense no âmbito da Aliança para o Progresso.

### **O GPE/IPÊS e as agências estadunidenses na produção e distribuição da literatura para “salvar” o Brasil**

Embora em menor escala, a atividade editorial com fins políticos já era realizada pelo governo estadunidense antes da criação da USIA que, a partir de 1953<sup>30</sup>, tornou-se a principal agência responsável pelo aumento em escala e escopo do programa editorial dos Estados Unidos. No Brasil, apenas no período aqui em análise (1961-1964), a USIA subsidiou e promoveu a distribuição de, aproximadamente, 323 títulos e 2.480.500 cópias<sup>31</sup>. Os livros publicados com o subsídio da Agência refletiam os objetivos ideológicos definidos pelo NSC. Defendiam, em temas e teses, a estrutura social adequada ao modelo capitalista e à hegemonia<sup>32</sup> estadunidense. Pretendia promover uma literatura voltada para “*quebrar a doutrina cujos padrões ajudaram o comunismo, e promover uma maior compreensão e aceitação das tradições e pontos de vista da América e do Mundo Livre*”<sup>33</sup>.

Os títulos selecionados e publicados cobriram todas as áreas do conhecimento. Economia, política, filosofia, artes, literatura de ficção, foram tratados sob dois ângulos complementares: 1) a despolitização dos temas, apresentando uma visão técnica e gerencialista sobre questões sociais; 2) uma concepção individualista para o comportamento humano, descaracterizando o sentido de coletividade.

---

Alvarez. *Impressões da direita: luta ideológica e mobilização empresarial através da ação editorial do IPÊS (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). FFLCH, USP, São Paulo, 2021.

<sup>30</sup> Ver MOZER, Josiane. *A arquitetura da dominação: o programa editorial da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1968)*. Tese (Doutorado). IFCH, UFRGS. Porto Alegre, 2020. Para conhecer a história dessa Agência e sua atuação política no Brasil, ver SANTOMAURO, Fernando. *A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil, 1953-1964*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Formato ePub.

<sup>31</sup> Entre 1953 e 1973, a USIA subsidiou e distribuiu, aproximadamente, 15.300 títulos e 112 milhões de exemplares em África, América Latina, Ásia, Europa. Deste montante, o Brasil recebeu aproximadamente 1.600 títulos e 9 milhões de exemplares. MOZER, *op. cit.*

<sup>32</sup> Colocando de modo sintético, o conceito de hegemonia em Gramsci remete à compreensão da supremacia de um grupo ou classe sobre outros grupos ou classes, articulando meios distintos e complementares para produção de consenso, isto é, supremacia como domínio (coerção) e como direção intelectual e moral (cultural), circunscritos numa dada sociedade. Entretanto, o conceito aplica-se também para a análise da estrutura internacional de poder. Na relação entre Estados-Nação, um Estado hegemônico é aquele que reúne poder econômico, militar, populacional e cultural. “*A grande potência é potência hegemônica, líder e guia de um sistema de alianças e pactos*”. Ver FONTANA, Benedetto. Hegemonia e nova ordem mundial. In: COUTINHO, C.N.; TEIXEIRA, A.P. (orgs). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 342.

<sup>33</sup> PSYCHOLOGICAL Strategy Board Status Report, July 29, 1953. RG 306. Lot File 62-D 333. Box 6.

A Teoria da Modernização<sup>34</sup> fornecia o conjunto de teses exposto nos títulos sobre economia: modelos e fórmulas para alcançar o desenvolvimento por etapas e sob a prática do liberalismo. Da mesma maneira, os livros sobre política procuravam identificar sublevações sociais das camadas subalternas ou os movimentos nacionalistas de nações à margem do centro do capital, como desvios perigosos para a *liberdade* da humanidade, assim como inserir uma concepção gerencialista do ato de governar, despolitizando as discussões sobre a responsabilidade do Estado na produção das mazelas sociais.

Em geral, além de títulos voltados para combater o comunismo, os livros reuniam temas voltados para conter o “nacionalismo agressivo” contra o capital estrangeiro, promover a valorização do capital privado como motor de desenvolvimento, enaltecer a força do capitalismo como produtor e distribuidor de riquezas e apresentá-lo como propulsor dos avanços tecnológicos, assim como “ênfaticamente a eficácia do pensamento democrático no enfrentamento dos problemas socioeconômicos de nações emergentes”<sup>35</sup>.

Para compor o programa da USIA um livro passava por rigorosa avaliação ideológica, assim como seu autor/editor. Os títulos escolhidos deviam se adequar à ordem de prioridade temática estabelecida no programa e em relação direta com os interesses da política externa estadunidense, apresentando imediata “utilidade” para uso político<sup>36</sup>. O programa editorial da USIA estava sob responsabilidade executiva de dois de seus setores, o *Information Center Service* – ICS, responsável pela edição e tradução de livros, e o *International Press Service* – IPS, pela produção de artigos para jornais e revistas e elaboração de panfletos<sup>37</sup>.

O programa não trabalhava com filtros óbvios, embora não os dispensasse. Títulos explicitamente anticomunistas e antinacionalistas conviviam com outros cuja abordagem apresentava críticas - toleráveis - ao capitalismo e as possíveis correções sobre as eventuais falhas do sistema.

No Brasil, a rede articulada pela USIA contou com a participação de mais de 60 editoras e um vasto número de profissionais ligados à edição de livros e revistas, professores, escritores, jornalistas, universidades e centros de pesquisa, sob a coordenação do posto USIS Rio de Janeiro.

---

<sup>34</sup> Sobre a história da Teoria da Modernização e seus autores, consultar GILMAN, Nils. *Mandarins of the future: modernization theory in Cold War America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.

<sup>35</sup> BOOK Translation Program Office, Assessment Report, January 3, 1963. RG 306. Entry P 58. Box 4.

<sup>36</sup> Os quesitos de “utilidade” envolviam: propagar informação acerca dos Estados Unidos, sua política interna e externa, combater o antiamericanismo, demonstrar o interesse dos EUA em promover a ciência, fornecer evidências sobre a vida intelectual e artística estadunidense e combater o comunismo. No Brasil, por exemplo, temas como nacionalismo, democracia, capital privado, desenvolvimento, reforma financeira, Revolução Cubana foram prioritários ao longo das décadas de 1950 e 1960.

<sup>37</sup> Para conhecer as atribuições desses setores e como agiam, ver MOZER, *op. cit.*

O acordo entre editoras brasileiras e USIA envolvia responsabilidades de ambas as partes: à USIA cabia o pagamento dos direitos de publicação em língua portuguesa, a tradução dos textos, a compra de metade da tiragem acordada em contrato e, frequentemente, o pagamento dos serviços de divulgação e propaganda. Às editoras cabia conceder o seu selo, o sigilo, a produção e a colocação do livro à venda através de seus canais comerciais.

Na América Latina, a Aliança para o Progresso impôs algumas modificações no programa editorial até então executado na região. Além da USIA, entraram na operação a USAID e o *Franklin Book Programs*<sup>38</sup>, o que provocou uma divisão coordenada de tarefas. Enquanto a USAID dedicava-se à produção de livros com caráter tecnicista para as áreas de economia, saúde e educação, o *Franklin Book Programs* focava nas atividades de formação profissional na área editorial (profissionalização de editores, tradutores, bibliotecários), além de disponibilizar linhas de financiamento para abertura de bibliotecas<sup>39</sup>. À USIA coube, além de manter sua linha editorial e ampliar o número de títulos produzidos, dar assistência técnica à USAID na atuação local através dos postos USIS, orientando sobre procedimentos para a edição de livros e compartilhando a rede formada com as editoras locais.

Nesse período houve, ainda, um incremento em recursos financeiros para ampliação do programa e a formação de uma equipe interagências para a coordenação dos trabalhos de todos os envolvidos. A coordenação geral dos programas editoriais da USIA, USAID e *Franklin Book Programs* ficou a cargo de Arturo Morales-Carrion, e passou a chamar-se *Latin American Book Program*<sup>40</sup>.

É neste momento de ampliação dos recursos e da rede de produção de livros que o IPÊS se insere como parceiro valioso. A presença do Instituto trouxe vantagens adicionais ao programa editorial em operação no Brasil na década de 1960. Em primeiro lugar, o Instituto atendia à necessidade de ocultamento da origem e do pagamento de

---

<sup>38</sup> Criado em 5 de julho de 1952 e batizado inicialmente de *Franklin Publications*, esteve associado ao programa editorial do governo estadunidense, funcionando como um braço da USIA em ação na Ásia, Oriente Médio e África. Em 1964, a sua diretoria decidiu mudar o nome para *Franklin Book Programs*. Atuou por 26 anos, de 1952 a 1978. No período de atuação do *Franklin Book* no Brasil, os recursos da instituição já não eram provenientes da USIA, mas da USAID. Sobre isso, consultar MOZER, *op. cit.* Ver também ROBBINS, Louise S. Publishing American Values: The Franklin Book Programs as Cold War Cultural Diplomacy. *Library Trends*, v. 55, n. 3, p. 638-650, 2007; OLIVEIRA, Laura. *Guerra Fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015; e o link disponibilizado pelo site da Universidade de Princeton: <http://findingaids.princeton.edu/collections/MC057/#description>.

<sup>39</sup> Foram com recursos e apoio logístico da *Franklin Book Programs* que o IPÊS abriu o seu Centro de Bibliotecnia no Rio de Janeiro, em 1965, cuja verba era proveniente da USAID. Fontes: FRANKLIN Book Programs Record. Seeley G. Mudd Manuscript Library, Princeton University, Box 85, Folder 6; IPÊS, Ata da Comissão Diretora de 15 de dezembro de 1964, BR NA, RIO.QL.0.OFU.12.

<sup>40</sup> STUDY of USIA Book Publishing Program. RG 306. Entry P 160. Box 24.

títulos em ações pontuais e sensíveis<sup>41</sup> e, em segundo lugar - mas não menos importante - assegurava a ampliação da distribuição dos livros subsidiados pelas agências envolvidas devido às suas ligações com entidades de classe patronais e operárias, inclusive da zona rural, segmento de difícil acesso à rede de editoras e bibliotecas mantida pela USIA. O IPÊS também ampliou o contato com escritores brasileiros para encomenda de títulos sem comprometer o sigilo necessário para ocultar a participação das agências, em especial a USIA e a CIA. Por sua vez, o Instituto se beneficiava de todo um *know how* e de uma rede de editoras já articulada há quase uma década, além de acesso a uma miríade de títulos que coadunava com seus propósitos e ampliava as possibilidades de inserção na sociedade brasileira.

A concepção do programa editorial do GPE/IPÊS apresenta enorme semelhança com o programa da USIA, que vai do objetivo (ampliar a presença da “boa literatura democrática” para contrapor-se à literatura marxista e nacional-desenvolvimentista) à operacionalização (plantar artigos em jornais e revistas, escolher títulos de livros adequados e subsidiá-los numa parceria sigilosa com editoras). Em documento do Grupo de Estudos, assinado por Garrido Torres<sup>42</sup> e encaminhado ao Comitê Diretor do Instituto em 29 de maio de 1962<sup>43</sup>, é possível verificar a semelhança.

Nele, Garrido Torres afirma ser necessário, para combater a “*abundância de literatura marxista em nossas livrarias*”, pôr em andamento um “*programa já acordado no nível da infraestrutura do IPÊS*”, destinado a divulgar a “literatura democrática”. O programa proposto estruturava-se em três eixos: plantar artigos em jornais e revistas; publicar folhetos para ampla divulgação entre estudantes e trabalhadores (na estrutura da USIA, estas duas atividades estavam sob a responsabilidade do IPS); “*promover bons livros dentro de uma linha democrática moderna, que conceba a democracia também sob os aspectos econômico e social*”, e aproveitando a disponibilidade de livros estrangeiros que, escolhidos pelo IPÊS, este procuraria provocar interesse em editoras para publicação. Se editores apresentassem dúvidas “*quanto ao êxito comercial das edições, o IPÊS poderia assumir o compromisso de adquirir o número mínimo de exemplares que levasse o editor a decisão que se deseja*”<sup>44</sup>.

Garrido Torres dá alguns exemplos: poder-se-ia obter licença de publicação de artigos “de grandes autores estrangeiros” junto às revistas *Harper's*, *Atlantic Monthly*, *Foreign Affairs*, *New York Magazine* e *Life* espanhola, assim como publicar, no Brasil, obras de interesse que ainda permaneciam sem tradução no país. “*Estou informado que*

---

<sup>41</sup> Ações específicas, como a edição de um livro com propósito político, em que, caso fosse detectada a participação de órgãos do governo estadunidense, trariam problemas diplomáticos. Vide o caso do livro *Une, instrumento de subversão* tratado adiante.

<sup>42</sup> José Garrido Torres. Integrou comissões e conselhos diversos em órgãos como Cicyp, OEA, CEPAL, CNE entre outros. Em 1955, diplomou-se pela Escola Superior de Guerra, ESG, e foi um dos membros fundadores do IPÊS. Para conhecer sua biografia completa, consultar CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/torres-jose-garrido>.

<sup>43</sup> Reproduzido por Dreifuss, *op. cit.*, apêndice N, p. 757-761. Trecho do documento é reproduzido em GONÇALVES, *op. cit.* e DJUROVIC, *op. cit.*

<sup>44</sup> As frases entre aspas são retiradas do documento apresentado por Garrido Torres e reproduzido por Dreifuss, *op. cit.* p. 757-761.

já dispomos da respectiva tradução”<sup>45</sup>, afirma em relação a obra de George Orwell, *Animal Farm*, e que “poderia ser desde logo objeto de entendimento com alguma casa editora”. Termina sua carta dizendo que o programa é perfeitamente viável e indispensável, “urgindo que se lhe dê começo”, uma vez que a Comissão Diretora do IPÊS já havia dado a aprovação.

Dada a rapidez na organização e no funcionamento do GPE, é plausível supor que, além de suporte financeiro (provavelmente parcial, por projetos), o *know how* da USIA foi acessível ao IPÊS, que o adotou como um modelo de organização e operacionalização, conforme sugere o documento assinado por Garrido Torres.

Criado em 31 de agosto de 1962<sup>46</sup>, o GPE inicia sua atividade editorial com uma verba de 500 mil cruzeiros e fecha o ano de 1962 (4 meses de existência) com um volume de trabalho editorial impressionante. Em relatório sobre as atividades realizadas no ano de 1962, o IPÊS indica a edição de 3 títulos e a distribuição de 7 títulos publicados por outrem, além de 4 títulos em preparo e de apoio de difusão à revista *Cadernos Brasileiros*<sup>47</sup>. Entre os títulos, 8 foram comprovadamente subsidiados pela USIA: *A Guerra Política*, de Suzanne Labin; *Aliança para o Progresso*, edição OEA; *O nome Secreto*, de Lin Yutang; *O Discurso Secreto de Kruschew*; *Um Engenheiro Brasileiro na Rússia*, de John Cotrim; *1984*, de George Orwell; *A revolução de Fidel Castro*, de Theodore Draper e *Anatomia do Comunismo*, de autores diversos<sup>48</sup>.

*A Revolução dos bichos* saiu em 1964 pela Editora Globo<sup>49</sup> com tradução de Heitor Ferreira, tenente do exército e assistente de Golbery do Couto e Silva, ambos membros ativos do IPÊS e da ESG. O livro aparece na relação da USIA de obras subsidiadas e publicadas no país, com tiragem de 10 mil exemplares, sem mencionar a Editora Globo ou o IPÊS. Por sua vez, o IPÊS apresenta a obra entre os títulos distribuídos sem mencionar o envolvimento operacional do posto USIS e o subsídio da USIA.

---

<sup>45</sup> Garrido Torres em documento reproduzido em DREIFUSS, *op. cit.*, p. 760.

<sup>46</sup> Segundo relatório datado de 17 de maio de 1962, a estrutura do IPÊS era formada pelo Grupo de Estudos, Grupo de Levantamento, Grupo de Opinião Pública, Grupo de Assessoria Parlamentar. Ver BR NA, RIO.QL.0.OFU.53. A criação do GPE é relatada na Ata de reunião do Comitê Executivo de 31 de agosto de 1962, conforme já indicado na nota n.4 deste artigo.

<sup>47</sup> *Cadernos Brasileiros* foi uma das muitas revistas ligadas ao Congresso pela Liberdade da Cultura, instituição mantida pela CIA. Sobre o assunto, ver SAUNDERS, Francis Stoner. *Quem pagou a conta? A CIA na guerra fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008, e CANCELI, Elisabeth. *O Brasil na guerra fria cultural: o pós-guerra em releitura*. São Paulo: Intermeios: USP-Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. (Coleção Entr(H)istória).

<sup>48</sup> BR NA, RIO.QL.0.OFU.53.

<sup>49</sup> Nas informações editoriais constantes na 31ª edição da Editora Globo, o Copyright é de 1962.

Ao menos dois títulos do catálogo da editora GRD<sup>50</sup> são exemplos importantes dessa relação de ocultamento: *UNE, instrumento de subversão*, de Sonia Seganfredo, e *Cuba, nação independente ou satélite*, de Michel Aubry, ambos editados em 1963.

Sonia Seganfredo destacou-se no movimento estudantil como a estudante “democrata” oponente aos estudantes “comunistas que subvertiam a UNE”. Assinando artigos que “denunciavam” a infiltração comunista no movimento estudantil brasileiro publicados no *O Jornal* (RJ) ao longo de 1962, ela foi contactada pelo tenente Heitor Ferreira que, em nome do IPÊS, lhe fazia a encomenda de um livro que tratasse do assunto<sup>51</sup>.

O que permaneceu oculto nessa relação estabelecida entre a autora, a editora, os militares e o IPÊS, foi a presença da USIA e da CIA. Sequer a autora teve conhecimento de quem de fato subsidiou o livro que lhe fora encomendado<sup>52</sup>.

O caráter altamente sigiloso da operação exigiu que a distribuição do livro fosse feita exclusivamente pelo editor e com assistência do CAS<sup>53</sup>. “*Nosso nome não está de forma alguma vinculado ao livro e nossos acordos contratuais são confidenciais*”<sup>54</sup>. A responsabilidade do IPÊS, neste arranjo específico da rede, foi o de servir de fachada à operação com a autora e promover a ampla divulgação e distribuição do livro entre os seus associados<sup>55</sup>.

Importante ressaltar que o livro, antes mesmo de chegar ao grande público, já cumpria um dos seus propósitos: dar suporte ideológico para que a oposição parlamentar instalasse a CPI da UNE em 1963, consolidando assim um novo caminho de ataque ao governo Goulart<sup>56</sup>.

Em 1962, o posto USIS Rio de Janeiro foi procurado por Gumercindo Rocha Dorea, semanas antes da realização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, apresentando as provas do livro de Michel Aundry, *Cuba, independent or satellite nation*, e propondo que o posto subsidiasse a sua edição. Após ponderações sobre a utilidade que tal publicação poderia ter diante de outros títulos sobre o assunto já

---

<sup>50</sup> GRD eram as iniciais de seu proprietário e associado do IPÊS, Gumercindo Rocha Dorea, Ver OLIVEIRA, *op. cit.*

<sup>51</sup> O caso é relatado por DREIFUSS, *op. cit.*, que inclusive publica as cartas trocadas entre os envolvidos, no anexo O, revelando que a encomenda e o pagamento pelo livro foram de responsabilidade do IPÊS. O caso é citado também nos trabalhos de BORTONE, Elaine. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese (Doutorado). Instituto de História, UFRJ, 2018; GONÇALVES, *op. cit.*; OLIVEIRA, *op. cit.* e DJUROVIC, *op. cit.*

<sup>52</sup> O livro foi subsidiado pela USIA com recomendação de sigilo absoluto. Uma série de cuidados foram tomados na feitura de contrato com a editora e nos trabalhos de distribuição, de forma a ocultar a presença da USIA na operação. Fonte: UNE, Instrumento de subversão. RG 306. Entry P58. Box 4.

<sup>53</sup> CAS (*Controlled American Source*) é um acrônimo utilizado intra-agências para se referir à CIA. Ver SILVA, *op. cit.*, p. 167, nota 201.

<sup>54</sup> DOCUMENTO de 23 de julho de 1963. RG 306. Entry P 58. Box 5.

<sup>55</sup> A obra consta na lista de livros distribuídos pelo IPÊS. In: BR NA, RIO.QL.0.CDI.5, p. 10.

<sup>56</sup> RAIMUNDO Padilha revela na CPI as ligações UNE-PCB. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 23 de ago. 1963.

publicados pelo programa, o posto USIS decide subsidiar a obra por suas proporções diminutas e linguagem acessível, e porque o editor assegurava o lançamento da edição a tempo de contrapor-se ao Congresso, possibilitando ao posto a distribuição direta entre estudantes. A edição teve 5 mil exemplares, “*dos quais 3.500 cópias foram colocadas à venda nas livrarias do Rio [de Janeiro] e de São Paulo a preço de tabela de Cr\$150,00*”<sup>57</sup>.

Este título tem outra peculiaridade na sua publicação: além de ser uma triangulação entre USIA (financiadora), GRD (editora parceira que fornece o selo para a adição) e IPÊS, que o distribuiu, estava ligado, também, ao programa editorial do *Information Research Department* – IRD, departamento do serviço de informação britânico, segundo pesquisa de Cantarino<sup>58</sup>, revelando a existência de compartilhamento de títulos e de distribuição entre USIA, IRD e editoras brasileiras<sup>59</sup>.

Ao observar a lista de livros distribuídos pelo IPÊS, constata-se que sua esmagadora maioria foi subsidiada pelo programa de livros da USIA<sup>60</sup>. Percebe-se, igualmente, que o IPÊS se associou a uma rede de editoras já anteriormente articulada pela Agência, como é o caso das editoras Ipanema (na rede desde 1955), José Olympio, Dominus, Saraiva (desde 1958), Itatiaia (desde 1960) e Globo (desde 1954).

Os livros editados pelo “selo” IPÊS cumpriram a função de abastecer a sociedade com títulos de combate contra “os males e os mitos da doutrina socializante”<sup>61</sup>, de autoria de brasileiros, versando sobre os assuntos mais caros à modernização do Estado brasileiro sem alteração de sua estrutura dependente do capital estrangeiro: reforma agrária, controle cambial, modernização do sistema financeiro. A promoção de uma literatura com enfoque tecnicista, capaz de oferecer uma fonte de formação de consciência social favorável ao fluxo do capital privado internacional.

Ficaram sob sua responsabilidade editorial títulos como *Reforma Tributária*, *Experiência inflacionária no Brasil*, ambos de Mario Henrique Simonsen, *A inflação, suas causas e conseqüências*, de Glauco M. Carneiro, *Democratização do capital*, de Konrad Aleksander Kowalewski, *A crise da Previdência Social*, de A. G. Costa, *O presidencialismo que nos convém*, de Gabriel Lacerda e Carlos H. Fróes<sup>62</sup>.

### Algumas considerações

A linha editorial do GPE/IPÊS, elaborada para “salvar” o Brasil, desempenhou seu papel tanto na estratégia ipesiana para criar as condições concretas de mudança de

<sup>57</sup> CUBA: Independent or Satellite Nation. Field Message n. 207, April 22, 1963. NARA II. RG 306. Entry P 58. Box 4.

<sup>58</sup> CANTARINO, Geraldo. Segredos da propaganda anticomunista. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

<sup>59</sup> Este caso é relatado também por BORTONE, *op. cit.*, p. 95.

<sup>60</sup> Os títulos foram localizados na documentação produzida pela USIA.

<sup>61</sup> Expressão formulada por Garrido Torres. Ver DREIFUSS, *op. cit.*, p. 760.

<sup>62</sup> Lista de publicações editadas pelo Instituto. QL.0.CDI.5, p.5.

regime político e consequente aprofundamento da submissão do país à política de desenvolvimento capitalista dependente, quanto no movimento ideológico internacional de contenção das análises sociais marxistas. Com a ajuda da censura e do terror de Estado pós-golpe empresarial militar de 1964, a literatura liberal e anticomunista vicejou sem contraponto no país até meados da década de 1970, quando voltou a ser possível a atividade editorial de esquerda<sup>63</sup>.

O acesso à documentação produzida pelas agências estadunidenses não só amplia a compreensão sobre a cooperação estabelecida entre elas e o IPÊS, como também possibilita compreender a posição do Instituto como agente do movimento contrarrevolucionário internacional.

Com base na documentação analisada, portanto, é possível afirmar: 1. as diretrizes formuladas pelo NSC em 1953, com o propósito de modificar os padrões de conhecimento que favoreciam análises críticas ao capitalismo e à hegemonia estadunidense, seguiram atuantes pelas duas décadas seguintes e encontraram no IPÊS o parceiro ideológico para ampliar a sua presença na sociedade brasileira; 2. o IPÊS contribuiu, como segmento organizado e militante da elite multinacional e associada, para a construção da hegemonia estadunidense sob dois prismas: a) como combatente inserido na contra-insurgência, articulado internacionalmente na ampliação da presença do capital sob a lógica do liberalismo; b) como divulgador e produtor de conteúdo ideológico destinado a moldar não só a opinião pública – o que poderia ser limitado ao trabalho de propaganda – mas os espaços de produção e divulgação de conhecimento, especialmente o sistema educacional e o mercado editorial.

A batalha das ideias na qual o IPÊS atuou, segue aberta, agora com novos agentes e novas táticas. Como nos alerta Mészáros, “*qualquer tentativa de enfrentar os desafios políticos e ideológicos do futuro envolve, antes de mais nada, a necessidade de fazer o balanço do passado e do presente*”<sup>64</sup>.

Artigo recebido em 22.11.2021

Aprovado em 14.4.2022

---

<sup>63</sup> Sobre este assunto ver MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura*: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

<sup>64</sup> MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 35.